

Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 11-2015



Reunião da Assembleia Geral



Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas vinte horas, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Primeiro Secretário, o Sr. Adelino Antunes de Almeida e o Segundo Secretário, o Sr. António Souto Carvalho, ambos designados pela Assembleia Geral de irmãos, em substituição dos irmãos Carlos Teixeira e Rui Dias por impossibilidade de presença.

A referida sessão teve como ordem de trabalhos:

1. **Leitura e votação da ata da reunião anterior;**
2. **Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades / Ação e Orçamento para o exercício de 2016;**
3. **Proposta de retificação do pedido de autorização aprovado na Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, para venda de prédio rústico, inscrito na matriz predial sob o artigo 8272, omissa na Conservatória do Registo Predial, sito na Lomba do Salão – Sobreiral, pelo valor de trinta mil euros (30.000,00€), e autorização da realização de escritura justificativa indispensável ao ato de venda referente a mesmo artigo que veio à posse desta Misericórdia em tempos imemoriais;**
4. **Conhecimento e ratificação da aceitação da doação de cessões de quinhões hereditários da herança de Maria Natália Baptista com o n.º de contribuinte 108989348, conforme o previsto no artigo 25º do Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro na redação republicada em 14 de Novembro de 2014;**
5. **Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral;**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, deu início aos trabalhos, saudando, em primeiro lugar, o Provedor, e neste a Mesa Administrativa, a Presidente do Concelho Fiscal, e nesta, os restantes membros desse órgão, assim como todos os irmãos presentes.

Realizadas as saudações, destacou a recente homenagem ao Dr. Armando Dinis Cosme promovida pela Mesa da Santa Casa, na pessoa do seu Provedor, referindo que a dita homenagem “ juntou toda a família do nosso antigo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que eu tive a honra de secretariar”.

Continuou, dando nota “da aprovação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e que em Arganil será da responsabilidade da Misericórdia, o que também é um sinal de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por esta instituição, sendo que foram já celebrados os protocolos, no dia 24 de Novembro,

com diversas entidades locais que serão parceiras na promoção deste projeto”.

De seguida, deu início aos trabalhos com o primeiro ponto constante na convocatória.

1. Leitura e votação da ata da Reunião anterior;

No primeiro ponto o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, propôs a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua imediata votação, na medida em que a mesma tinha sido colocada ao dispor, para consulta, de todos os irmãos aquando da emissão da convocatória para a presente reunião, quer na secretaria da instituição e quer no site institucional.

Por outro lado, acrescentou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a ata foi também distribuída antes do início da reunião aos irmãos presentes, pelo que “todos os irmãos tiveram condições para a devida leitura, sem esquecer que alguns dos pontos constantes da mesma foram previamente aprovados em minuta”.

Colocada a votação a proposta, a mesma foi aprovada por unanimidade, tendo sido dispensada a leitura da ata, tendo-se votado o referido documento de imediato.

Nesse sentido, a Assembleia Geral aprovou a ata inerente ao primeiro ponto, por unanimidade.

2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades / Ação e Orçamento para o exercício de 2016;

Já no segundo ponto da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Sr. Provedor, Prof. José Dias Coimbra, que começou por salientar “a consternação pelo que se passa no mundo, com radicalismos que apenas prejudicam os mais vulneráveis e inocentes, a começar pelas crianças. É por isso que nós somos uma casa de solidariedade, com amor ao próximo e que devemos ser capazes de perdoar, sem que isso signifique abdicar das nossas convicções e das nossas decisões.”

Depois realçou que “o ano que se aproxima não será um ano fácil, porque perspetivamos o aumento de custos de funcionamento, por força da melhoria de alguns índices salariais, nomeadamente com a atualização do salário mínimo nacional. Embora eu tenha a consciência, e a equipa que me acompanha também, que os colaboradores para o trabalho que desenvolvem, na generalidade, são mal pagos, especialmente os funcionários de base e o corpo técnico.”

De seguida abordou alguns temas como o Cineteatro Alves Coelho e a escola Adães Bermudes.

Em relação ao cineteatro frisou que “não pretendemos alimentar polémicas, pelo que aguardamos com serenidade a devolução do histórico edifício, uma vez que consideramos que a Câmara Municipal não deu cumprimento ao estabelecido na escritura de constituição do direito de superfície. No entanto, cabe agora aos tribunais resolver a situação, algo que teria sido desnecessário se o Sr. Presidente tivesse dado sequência ao que afirmou publicamente na reunião da Assembleia Municipal de 14 de Junho de 2014, ou seja, respeitar a vontade da Santa Casa.”

Ainda sobre esta matéria, recordou que “quando cedemos o cineteatro Alves Coelho, sempre foi na expectativa de que fosse respeitada a continuidade das valências de cinema e teatro, entre outras, no emblemático edifício, através da concretização do projeto existente há data da celebração da escritura, dentro de um determinado prazo. Infelizmente verificámos o contrário por parte da Câmara, pois pretende realizar um novo projeto.”

Nesse sentido, sublinhou que é intenção para o próximo ano de 2016 dar continuidade às diligências necessárias à devolução do Cineteatro Alves Coelho, conforme previsto no Plano de Atividades em apreço, “exceto se esta assembleia entender não concordar com essa linha programática inscrita no

documento em causa”.

Quanto à escola Adões Bermudes salientou, “esperar que a Academia possa abrir portas nesse antigo edifício do paço grande no decurso de 2016, com várias atividades, desde a ginástica, passando pela música e a informática. Estas atividades serão vocacionadas não só para os utentes da instituição, mas de igual modo serão direcionadas para a comunidade”.

Realizada a contextualização do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, pediu ao Dr. Nuno Gomes, irmão e Diretor Geral da Instituição, para que explanasse e apresentasse o documento em causa nas diferentes componentes, para uma adequada discussão ou esclarecimento por parte dos irmãos reunidos em Assembleia Geral.

No uso da palavra o Dr. Nuno Gomes informou que, “o documento que agora será apresentado foi colocado previamente ao dispor dos irmãos, nos termos inscritos no anúncio da convocatória para a Assembleia Geral, para além de ter sido distribuído aos mesmos em primeira convocatória.”

Continuou, apresentando uma súmula operativa do Plano, onde inicialmente destacou as incertezas referentes à indefinição das políticas públicas para o setor cooperativo e social, espaço onde a Misericórdia desempenha a sua atividades, sem esquecer a volatilidade de alguns indicadores económicos que poderão condicionar o desempenho da instituição e a sua execução orçamental.

Nesse sentido, a Misericórdia preconiza para o ano de 2016 a conjugação de um espírito de cautela no âmbito da gestão dos seus recursos e, simultaneamente, uma preocupação com a manutenção da intervenção social, subordinada aos princípios veiculados pelos seus Compromissos, sem esquecer uma lógica de sustentabilidade.

A este propósito, referir que a Misericórdia terá pela frente o desafio de proceder à implementação do previsível novo Acordo de Empresa Social (ACT), isto no campo da contratação coletiva, o que implicará um necessário reajuste da sua componente de custos, especialmente quando as despesas com pessoal representam, em média entre 49% a 52% do total da despesa anual.

Ainda neste campo, realçar a perspetiva do aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN), recordando que, já em 2014 com maior impacto em 2015, a Misericórdia procedeu a uma atualização, representando um esforço da Instituição na valorização dos seus quadros.

Ora, tal esforço terá que ser acompanhado pela necessidade de existirem revisões, não só ao Protocolo Bidual celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), como de igual modo nos próprios Acordos de Cooperação estabelecidos com os serviços da Administração Pública, neste caso Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSSC) e Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

No campo da Cooperação destaque para a imperiosa necessidade de revisão do acordo do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), uma vez que este tem sido uma aposta da Misericórdia, através da inclusão de novos serviços, como têm sido os cuidados de saúde ao domicílio e a teleassistência, sem esquecer o funcionamento desta resposta todos os dias da semana.

Ainda no campo da cooperação com o Estado, destaque para a implementação da candidatura à Rede Local de Intervenção Social (RLIS), recentemente aprovada, na sequência do funcionamento do Projeto Piloto desenvolvido ao longo de 2015.

Neste contexto, destaque para a entrada em funcionamento de vários gabinetes de atendimento espalhados pelo Concelho, numa lógica de contratualização com o Instituto de Segurança Social

(ISS,IP). Esses espaços serão localizados em Anseriz, Barril do Alva, Coja, Cepos, Cerdeira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e Secarias, ao abrigo de protocolos de cooperação a celebrar com Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações e, nalguns casos Juntas de Freguesias.

Outro aspeto que não deixará de ser trabalhado, na expectativa da sua continuidade, terá que ver com a manutenção das cantinas sociais, no âmbito do Programa de Emergência Social (PES), assim como o programa das Atividades Socialmente Úteis (ASU) e do Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC).

Simultaneamente, procurar-se-á o prolongamento do projeto Vidas, no campo da colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas vocacionado para a área das demências e com o sistema de monitorização destes utentes.

Também a abertura à comunidade da recentemente inaugurada sala de snoezelend – Dr. Armando Dinis Cosme será um desafio a abraçar, colocando ao dispor dos arganilenses mais este recurso.

No campo dos investimentos a Misericórdia não poderá deixar de ter em devida consideração o novo quadro comunitário (Portugal 20-20) e a eventual apresentação de candidaturas, abrangendo não só o Complexo Social e a necessidade de requalificação de alguns dos seus espaços, dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo dos últimos anos, mas de igual modo a recuperação do Cine-teatro Alves Coelho, pérola da história de Arganil, na expectativa da devolução definitiva deste imóvel por parte da Autarquia.

Quanto à escola Adões Bermudes, sita no Paço Grande, a Misericórdia procurará colocar em funcionamento a sua Academia Condessa das Canas, através da concentração física de algumas das suas atividades, nomeadamente na área da música, onde o Orfeon Maestro Alves Coelho é peça fundamental, a par de outras atividades que serão dinamizadas em conformidade com os recursos disponíveis, tendo como enfoque a população sénior.

Outra preocupação subjacente à atuação da Misericórdia passa pela defesa do seu património histórico, na qual se insere a centenária Feira do Mont'alto, esperando-se que seja acautelado no futuro a utilização do espaço do Paço Grande para a realização deste evento.

Para além destas ações que irão balizar a atuação da Instituição no próximo ano, não será esquecida a manutenção das parcerias locais, regionais e nacionais, com destaque para a colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra da UMP, através da manutenção da assessoria técnica, a par da colaboração com o Secretariado Nacional da UMP.

No campo de outros projetos, a Misericórdia manterá sua presença ativa, nomeadamente na colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), na expectativa de celebração de um protocolo de cooperação com a respetiva Comissão Nacional, sem esquecer a presença no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, assim como no Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Quanto aos objetivos elencados para o próximo ano, o Dr. Nuno Gomes, referiu “existir a manutenção de metas ao longo dos anos, pois são transversais à existência da própria Misericórdia, enquanto outros decorrem da sua atividade social.”

OBJECTIVOS

Procurar aprofundar as parcerias a estabelecer com o Setor Estado, através da implementação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), assim como procurar a revisão dos acordos



de cooperação em algumas das suas respostas sociais;

Assegurar a sustentabilidade da Misericórdia, através da racionalização de recursos, quer sejam humanos, quer sejam materiais, tendo em conta as necessidades da Instituição, reorganizando, simultaneamente, os seus serviços, caso se justifique, assim como o seu património;

Manter os esforços de requalificação dos espaços afetos ao Complexo Social, mediante o recurso aos seus serviços internos, sem esquecer a possibilidade de inclusão na estratégia CRER - 2020;

Promover a Mata das Misericórdias, bem como de outros espaços naturais que envolvem a Instituição, através da divulgação, manutenção e limpeza dos mesmos;

Assegurar linhas de formação para os seus colaboradores, recorrendo, preferencialmente, à União das Misericórdias Portuguesas, sem esquecer o processo de certificação de qualidade em curso e integrado no EQUASS;

Proceder à continuação da inventariação do património imóvel, assim como à sua valorização, através da atualização das respetivas avaliações;

Assegurar uma agenda cultural e artística, por meio da atividade da Academia Condessa das Canas, com destaque para o Orfeão Maestro Alves Coelho, bem como de diversas atividades temáticas;

Manter como preocupação a construção da nova Unidade de Cuidados Continuados, prevista para o antigo Hospital Condessa das Canas, renovando os pedidos junto da ARS-C ao abrigo do Programa Modelar II, mas sem esquecer o recurso ao novo Quadro Comunitário;

Insistir na recuperação do Cineteatro Alves Coelho, que implica a devolução do mesmo à Santa Casa tendo em conta as anteriores deliberações tomadas sobre esta matéria;

Dar continuidade à postura de colaboração com as Instituições locais e regionais, designadamente Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações de Bombeiros, Centro de Saúde, Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, Agrupamento de Escolas, IPSS (S), Casa do Povo, Filarmónicas, Lions Clube, Conferências S. Vicente de Paulo, Fundação Memória da Beira Serra - A Comarca de Arganil, Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional, entre várias.

Para efetivar as metas traçadas, foi indispensável definir as linhas de atuação a seguir pela Misericórdia, em consonância com as áreas de atividade da Instituição

LINHAS DE ATUAÇÃO

Complexo Social

A Misericórdia encontra-se organizada de acordo com natureza dos serviços que presta à comunidade. Deste modo, temos as respostas sociais da área da Segurança Social, ou que resultam de protocolos de



colaboração com o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) integradas no Complexo Social.

Esta estrutura congrega os equipamentos e os recursos afetos às respostas sociais de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), Atividades e Animação e Apoio à Família (AAAF).

Acoplado ao funcionamento do complexo estão também as medidas de intervenção comunitária, como o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) integrado na Rede Local de Intervenção Social (RLIS), o Programa de Emergência Alimentar – cantinas sociais, o Fundo Europeu de Ajuda a Carenciados (FEAC), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), as Atividades Socialmente Úteis do Rendimento Social de Inserção (RSI), a Comissão Local de Ação Social (CLAS), entre vários.

No que se refere à Mata das Misericórdias, incluindo jardins e espaços exteriores, e à Academia Condessa das Canas, estas encontram-se também integradas no Complexo Social, visto que as atividades nelas desenvolvidas destinam-se à promoção do lazer e bem-estar dos utentes e da comunidade.

➤ **Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Centro de Dia das Secarias**

Nesta secção serão consideradas as respostas sociais destinadas ao acolhimento e apoio ao público mais velho, traduzindo uma das áreas mais significativas do campo de atuação da Instituição, quer historicamente, quer economicamente.

• **Remodelação / Requalificação do Complexo Social**

Contrariamente ao que estava previsto no Plano de Atividades para 2015, assim como da perspetiva da abertura de avisos de candidatura ao novo quadro comunitário (Portugal 2020) que não se vieram a verificar, a Instituição continua a considerar a questão da requalificação dos espaços da componente residencial como uma meta a concretizar.

Ao longo dos anos este processo de requalificação tem sido gradual e ajustado às condições económicas e financeiras da Misericórdia, recorrendo-se maioritariamente aos recursos próprios, nomeadamente para levar a cabo os trabalhos de higienização e remodelação pontual de espaços.

A adaptação de casas de banho e a remodelação de alguns quartos, continuará a fazer parte da agenda da Instituição neste tipo de intervenções.

Também a substituição de telhados, que ainda não foi realizada, continuará a ser prioritário uma vez que torna urgente resolver alguns problemas de infiltrações, a par de alguns arranjos exteriores e pinturas de fachadas do complexo.

No entanto, outras intervenções de maior envergadura e associadas à definição da capacidade da resposta de ERPI carecem de mais recursos, pelo que é intenção a promoção de candidatura específica ao Programa Operacional da Região Centro, designadamente ao eixo referente à inclusão social.

• **Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD);**

Nos últimos anos, com especial incidência em 2015, a Misericórdia assumiu como prioridade aumentar quer o leque de serviços prestados à população mais velha, quer a qualidade dos mesmos.

Nesse sentido, foi com naturalidade que a aposta no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) foi marcada pela crescente adesão de utentes, graças à introdução dos serviços de saúde ao domicílio, nomeadamente cuidados de enfermagem e teleassistência.

Assim, a Instituição procurará obter a majoração na comparticipação de mais 50% prevista no protocolo bilateral assinado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), justificada pela resposta funcionar todos os dias da semana, garantindo, em média, 4 serviços aos utentes, entre alimentação, cuidados de saúde, teleassistência, tratamento de roupas, cuidados de higiene e limpeza habitacional.

Quanto às demais respostas sociais no campo do apoio aos mais velhos a prioridade passará pela manutenção dos índices de frequência. Esta preocupação é tanto maior quanto se verifica que no concelho de Arganil existe uma redução das frequências pelas diversas respostas sociais desenvolvidas pelas IPSSs.

A concretização desta aposta implica aprofundar sinergias entre as diversas respostas sociais e equipamentos de que a Misericórdia dispõe, numa ótica de gestão equilibrada fundamental para a sustentabilidade da Instituição, nomeadamente através da partilha de serviços e recursos humanos.

Aqui, a articulação entre o Complexo Social e o Complexo Saúde, designadamente através da Unidade de Cuidados Continuados e a ERPI, é essencial para, numa lógica de complementaridade, encaminhar utentes de um espaço para outro, com o intuito de assegurar a prestação de serviços mais adequados à problemática de cada um dos cidadãos apoiados.

Assim, pretende-se uma taxa de ocupação média na UCC superior a 90%, dentro de uma capacidade de 24 camas, tal como na ERPI, cuja capacidade é de 130 camas.

Relativamente ao Centro de Dia, a Instituição pretende manter os níveis de frequência, graças à continuidade de um horário prolongado de funcionamento, com jantar incluído, laborando ainda aos fins-de-semana (Centro de Dia sede), a par de um eficaz serviço de transporte.

A média no Centro de Dia da Sede deverá atingir os 40 utentes, enquanto que no Centro de Dia de Secarias serão mantidos os 9 beneficiários.

- **Assegurar a implementação do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas**

Para o ano de 2016 estará em vigor o Protocolo bianual celebrado entre as entidades identificadas no subtítulo, sendo expectável a celebração de adenda ao mesmo acordo, estabelecendo uma atualização de 1% nas comparticipações devidas pelo Estado.

No entanto, o referido protocolo, designado de Compromisso para a Cooperação, representa algo mais do que a regulamentação das comparticipações no âmbito da rede Solidária. Hoje, este Compromisso traduz um instrumento de negociação de uma parceria efetiva, no qual foram envolvidos também, os Ministérios da Saúde e Educação.

- **Manutenção de uma política de formação / qualificação do pessoal, dando-se continuidade**

ao processo de certificação

A realização de ações de formação internas e externas, de preferência com o patrocínio da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), sem esquecer a participação em seminários, conferências ou outros eventos que potencializem a melhoria da prestação dos profissionais da Instituição, será uma preocupação da Instituição.

Quanto ao processo de certificação no âmbito do EQUAS, este não foi possível de concluir, especialmente por motivos de ordem económica, resultante da ampliação da abrangência desta certificação, visto que este objetivo foi alargado e estendido a todas as respostas sociais da Misericórdia, ao contrário do que inicialmente foi preconizado.

Nesse sentido, a Misericórdia em 2016 manterá este processo curso, não deixando de merecer a devida atenção.

- **Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes**

Faz parte da dinâmica da instituição assegurar uma oferta ocupacional para os diversos públicos que utilizam as diferentes respostas sociais existentes no seio da Santa Casa.

Para tanto, existe uma equipa composta por vários profissionais que dinamizam e promovem um vasto conjunto de atividades ocupacionais, utilizando para esse efeito os diferentes espaços colocados ao serviço dessas respostas, com destaque para o Complexo Desportivo – Zé Miguel (campo polidesportivo e piscinas) e a Mata das Misericórdias.

A Instituição irá pois, continuar a desenvolver várias atividades que se encontram inscritas em programação própria e específica conforme documentação anexa, abrangendo, não só o Complexo Social, mas de igual modo o Complexo de Saúde.

Para além dos passeios temáticos e das comemorações de datas específicas do calendário, serão também levadas a efeito sessões de informação e sensibilização dos utentes, contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação, música, inglês, entre tantas outras.

A valorização e ocupação dos utentes, sejam quais forem as suas idades, é um objetivo fundamental, ao mesmo tempo que permite cultivar uma maior proximidade com a própria Instituição.

- **Projeto Vidas**

O Projeto Vidas resulta de uma iniciativa da União das Misericórdias Portuguesas com a entrada em funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI. Nesse sentido e ao longo de 2015, foi dada prioridade à disseminação de conhecimento junto das Misericórdias.

A participação da Misericórdia de Arganil traduziu-se na formação de alguns elementos da sua estrutura técnica, bem como a identificação de alguns espaços passíveis de serem adequados à colocação de alguns dos utentes que padecem de patologias do foro neurológico.

Para além disso, foi associado a este projeto a aplicação das novas tecnologias para a devida monitorização diária de alguns pacientes (5), possibilitando desta forma um melhor acompanhamento dos mesmos.

Para 2016 é expectável que se proceda à delimitação de alguns espaços exteriores destinados à circulação de pessoas com quadro demencial e a adequação no interior do Complexo de espaços de

acolhimento. Tendo-se sempre em devida nota, que o número de utentes com quadro demencial tende a crescer a um ritmo que a Instituição não consegue acompanhar na definição de área residencial.

➤ **Centro de Atividades e Tempos livres | Atividades de Animação e Apoio à Família**

O edifício D. Arminda Sanches integrado no perímetro da EB1 de Arganil continuará a acolher o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), assim como a componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), esta última no âmbito de acordo com o Município de Arganil.

Também nestas respostas sociais, a preocupação passa, acima de tudo pela manutenção dos índices de frequência, com especial incidência no CATL, existindo a expectativa de que o número médio de crianças se mantenha nas 60 crianças, apesar de estarmos perante uma redução da população estudantil no concelho de Arganil.

Quanto às AAAF o número tenderá a estabilizar nas 22 crianças, o que poderá representar uma perda de receitas, que, apesar de pouco significativa, terá que ser acomodada no campo dos rendimentos, face às despesas.

Apesar das dificuldades que se avizinham a Instituição deverá assegurar a diversidade de serviços prestados nestas duas respostas, com especial incidência nos serviços de apoio ao estudo, Terapia da Fala e acompanhamento psicológico.

De realçar ainda, que, para o ano letivo 2015/2016 foi já aplicada a nova tabela de cálculo no âmbito do CATL, conforme os regulamentos Internos ajustados à circular da Direção Geral da Segurança Social sobre esta matéria, traduzindo-se na redução dos valores das mensalidades.

Tal situação conduziu a que não se justifica-se a manutenção da política de divisão dos pagamentos das famílias por períodos de utilização dos tempos desta resposta social (manhã / tarde), visto que esta era uma medida da exclusiva iniciativa da Instituição.

Quanto às AAAF, os valores previstos no regulamento municipal serão os aplicados, acrescidos do montante proporcional de utilização temporal dos serviços da Instituição para lá do período de normal funcionamento da escola.

➤ **Academia Condessa das Canas**

Uma vez que parte da recuperação da antiga escola Adães Bermudes se encontra concluída, existe a expectativa fundada de que aquele espaço poderá, em 2016, ter a utilização que desde sempre esteve prevista.

Assim, a Academia Condessa das Canas deixará de ter espalhado por vários espaços da Instituição algumas das suas atividades, perspetivando-se a realização de atividades vocacionadas para a Música, por meio do Orfeão Alves Coelho, informática, sessões culturais e conferências, entre outras.

• **Orfeão Maestro Alves Coelho**

Sendo hoje uma referência no panorama musical, o Orfeão Maestro Alves Coelho continuará a ser apoiado pela Misericórdia de Arganil quer através de apoio logístico, não só a nível de espaços para ensaio, como também de transporte para a presença em vários eventos.

Por outro lado, esta estrutura que faz parte da Academia Condessa das Canas, poderá beneficiar da recuperação da antiga escola Adães Bermudes, nela passando a residir permanentemente.



Simultaneamente a gestão de uma agenda de concertos, será uma prioridade em estreita articulação com o responsável artístico | maestro.

➤ **Mata e Jardim**

Não há hoje dúvidas do impacto que a Mata das Misericórdias tem no panorama local e regional, sendo inclusive cartão de visita do concelho, nomeadamente no seio do Movimento das Misericórdias Portuguesas.

Para 2016 espera-se dar continuidade à enxertia dos pinheiros mansos plantados alguns anos atrás, assim como a manutenção dos espaços naturais, percursos pedestres, ruas e locais de lazer existentes.

Também a produção de alguns produtos, numa fase ainda meramente experimental, deverá ser uma preocupação para o ano vindouro, designadamente aproveitando os inúmeros medronheiros existentes (licores de medronho), assim como a localização deste espaço natural que permitirá a instalação de algumas colmeias para a eventual produção de mel.

Os licores e o mel poderão, a par da produção de pinhões, vir a ser uma fonte de receitas alternativa, para contribuir para a manutenção da Mata das Misericórdias e a valorização deste emblemático espaço ambiental.

• **Centro Ambiental – Preservação de espaços / Realização de Eventos**

O tema do ambiente tem sido ao longo dos últimos anos uma preocupação no seio da Misericórdia, exemplo disso tem sido o investimento na preservação dos espaços naturais da Instituição com especial incidência na Mata das Misericórdias e jardins envolventes.

Agora mais do que fazer novos espaços, há que valorizar e manter os existentes com destaque para o recentemente inaugurado largo dos antigos alunos do Externato Alves Mendes, as Ruas das Misericórdias, das Freguesias, dos inúmeros largos, do percurso dos poetas, do circuito de manutenção, saúde e bem-estar, das charcas e cascatas, dos anfiteatros ao ar livre, do bungalow, do espaço dos Lions e das escolas, entre tantas estruturas.

Assim, esta estrutura da Misericórdia vai continuar a dar apoio à divulgação e preservação dos espaços naturais da instituição, através da organização de várias atividades ao longo do ano, nomeadamente no acolhimento de visitas, com uma orientação para a promoção turística, procurando sensibilizar algumas entidades desse campo.

➤ **Outros Projetos de Intervenção Social | RLIS**

A implementação do Projeto Piloto no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) ao longo de 2015 foi um marco para a intervenção comunitária, numa lógica de descentralização de competências entre Estado e os parceiros do Setor Social e Cooperativo.

Terminado esse período, no qual a Misericórdia foi um elemento preponderante no terreno, 2016 verá a continuidade desta medida (RLIS) no concelho de Arganil, liderada pela Santa Casa, através da manutenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que participa no Núcleo Local de Inserção Social (NLI), isto no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Deste modo, através de uma equipa de 3 elementos técnicos, a Misericórdia terá um gabinete sede que funcionará de segunda a sexta com atendimento ao público e de prevenção aos fins-de-semana, ao

mesmo tempo que disponibilizará atendimento e acompanhamento social pelo concelho, através de parcerias com entidades de Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Cepos, Coja, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e Secarias.

Ainda no campo da intervenção social espera-se a continuação do Programa de Emergência Alimentar (PEA), através da cantina social, contabilizando 75 refeições diárias, a par do Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), respostas a integrar também na lógica de funcionamento da RLIS.

Relativamente a outros projetos chama-se a atenção para a participação da Instituição no Concelho Local de Ação Social (CLAS), bem como da presença no Conselho geral do Agrupamento de Escolas de Arganil.

➤ **Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional**

O ano vindouro será marcado pela realização de eleições para a estrutura nacional e regional, devendo a Misericórdia de Arganil manter a sua presença como entidade colaborante e parceira.

Nesse sentido, a Misericórdia deverá manter a sua disponibilidade para uma colaboração institucional, através do seu Provedor, a par da assessoria técnica, quer a nível regional quer a nível nacional, por meio do seu Diretor Geral.

➤ **Projeto “Dar vida aos Dias”**

Recentemente inaugurada como sala de snoezelend – Dr. Armando Dinis Cosme, em homenagem a esta personalidade, o projeto “Dar Vida aos Dias” entrará na fase de consolidação junto dos serviços da Instituição e da comunidade em geral.

Para tal, este projeto atuará junto dos cidadãos mais velhos, mas de igual modo não deixará de abranger os mais jovens, nomeadamente do Agrupamento de Escolas de Arganil, numa lógica intergeracional, sem esquecer o recurso a outras parcerias com outras entidades para que assim, possam usufruir deste serviço e do gabinete de estimulação cognitiva que conta com diversos profissionais, Terapeuta da Fala, Psicólogo, Fisioterapeutas e Assistentes Sociais.

COMPLEXO DE SAÚDE

O Complexo de Saúde compõe-se pela Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Fernando Vale, a Clínica de Reabilitação Clifiargus (neste caso uma sociedade detida pela Misericórdia), a par do projeto destinado à instalação de uma nova unidade de cuidados continuados titulada com a designação de Hospital Condessa das Canas.

➤ **Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale**

Como prioridades para 2016 a Misericórdia considera, antes de mais, fundamental manter a taxa de ocupação acima dos 85%, isto no caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Hospital Dr. Fernando Vale, tendo em vista assegurar os índices de operacionalidade da resposta, assim como o nível de receitas da estrutura.

Por outro lado, não deixará de manter como meta a manutenção dos índices de oferta formativa ao respetivo pessoal, via UMP, para além de proceder ao reforço de algumas áreas técnicas,



designadamente a contratação de uma farmacêutica a tempo inteiro. Neste caso dando sequência ao estágio profissional já desenvolvido em 2015.

➤ **Clifiargus, Lda**

Relativamente à Clifiargus a aposta passará pela renovação da equipa clínica, ajustando-a a um cenário de maior competitividade, face à abertura de diversas unidades desta natureza nos concelhos limítrofes, como Oliveira do Hospital e Tábua.

Tal aposta, resulta de deliberações tomadas no decurso de 2015, tendo em vista reduzir custos, nomeadamente no campo da contratualização de entidades prestadores de serviços de medicina física e reabilitação.

Sobre este assunto foi explanado minuciosamente, o processo que culminou na contratação de uma nova equipa / diretora clínica para a Clifiargus, em face da recusa do anterior médico face à proposta apresentada que incluía a redução do valor a pagar mensalmente pela prestação de serviços, tendo em conta a realidade ao nível do crescimento de oferta nos concelhos limítrofes e a perda de receitas, nomeadamente no que se reporta à convenção com a ARS-Centro e a Santa Casa.

➤ **Hospital Condessa das Canas**

Quanto à recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas, a Misericórdia manterá as diligências junto da ARS-C para que seja possível retomar a candidatura já aprovada e alvo de financiamento, entretanto suspenso, no âmbito do Programa Modelar II, ou mediante o recurso ao novo quadro comunitário, Portugal 20-20.

De recordar que a candidatura aprovada no âmbito do Programa Modelar II, representa um financiamento público de setecentos e vinte e quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), que ainda não se veio a concretizar, do total de dois milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e seis euros e vinte e oito cêntimos (2.187.606,28€) correspondentes ao valor da adjudicação à data efetuado.

PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO

Para o próximo ano considera-se prioritária a continuação da atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação dos bens da Misericórdia.

Esta preocupação é tanto maior porquanto, ao longo dos anos, a Instituição tem acolhido diversos imóveis, apesar da alienação de alguns destes com a devida autorização obtida nos termos do Compromisso.

Também o recurso ao arrendamento não deixará de ser devidamente ponderada, uma vez que daí resultam receitas essenciais à sustentabilidade da Misericórdia.

Convém, contudo, recordar algum desse património:

Quinta dos Bons-Dias (*)

Quinta do Moinho Velho

Bairro da Quinta Nova

Moradia da Alagoa (Arganil)

Habitacões da Amadora

Moradia das Torrozelas

Apartamento em Coja;

Moradia na Dreia – Benfeita (*)

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

*** Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral**

A valorização e preservação dos vários artefactos religiosos e espaços afetos a esses fins, especialmente as bandeiras processionais, a cruz da instituição, diversas relíquias e a igreja, será outra preocupação sempre presente na Instituição.

O Complexo “Zé Miguel”, a par do polidesportivo, composto pelas piscinas da Instituição, manter-se-á em atividade na época de veraneio, servindo assim, quer a comunidade e visitantes, quer entidades parceiras.

Todas estas estruturas existentes não só servem os utentes da Misericórdia, como, de igual modo, servem também a comunidade arganilense, sendo utilizados por diversas entidades parceiras, como são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Agrupamento de Escolas de Arganil, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Dessa vasta lista de espaços e equipamentos fazem parte, entre outros:

- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Forno da broa
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas
- Autocarro de 23 lugares

➤ Feira do Mont'Alto

“Repetindo breve historial”

A tradicional e histórica Feira do Mont'Alto, cuja doação foi realizada em 1759 pela Câmara Municipal e tornada definitiva e válida por Provisão Régia de 1760, faz parte da história de Arganil, da Beira Serra e por isso é parte indivisível e indissociável desta Santa Casa.

Ao longo de séculos coube à Misericórdia, nos dias 6,7 e 8 cobrar as receitas geradas pela ocupação do terrado da feira, consubstanciando dessa forma um ónus a favor da Instituição, cabendo-lhe, durante



mais de 230 anos (mais de dois séculos), organizar e administrar este evento.

Em 1989 a Santa Casa celebrou protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, autorizando a autarquia a realizar a feira do Mont'Alto, com a contrapartida do pagamento de uma renda anual destinada à atividade da Instituição.

Porém, em 2009 a Câmara rescinde o Protocolo então em vigor, obrigando a Instituição a diligenciar no sentido de acautelar os seus direitos sobre a Feira do Mont'Alto, culminando na celebração de novo protocolo em 2011 que ainda se encontra em vigor.

Neste protocolo é assegurado o reconhecimento dos direitos da Misericórdia sobre a organização e administração do tradicional certame, cabendo à autarquia o pagamento de um valor correspondente às receitas resultantes dos participantes nesse evento (feirantes, divertimentos, restauração), tendo sido deslocalizado o local da sua realização.

Apesar disso, a Câmara procedeu à realização de escritura justificativa sobre o terreno em causa (terrado da feira).

No entanto, e um vez que o tradicional espaço de realização da Feira do Mont'Alto é o terrado da feira no Paço Grande, cuja ocupação nos dias 6,7 e 8 são da responsabilidade da Santa Casa, e sendo o protocolo celebrado em 2011 de natureza temporária, não podia a Instituição deixar de defender a existência desse ónus no futuro.

Por isso, em devida altura foi solicitado junto da Câmara Municipal a correção à escritura justificativa, pois esta não acautelou a existência de um ónus nos dias já referidos a favor desta Misericórdia. Pedido este que não mereceu o acolhimento devido.

Sendo um imperativo legal, mas acima de tudo moral, tendo em vista a preservação futura deste espólio histórico que faz parte da Santa Casa, a Mesa Administrativa deliberou intentar ação sobre esta matéria.

Para o ano de 2016, a Instituição deverá providenciar a continuação das diligências necessárias à reposição deste direito sobre os terrenos em causa.

➤ **Cine-teatro Alves Coelho**

Sobre o Cine-teatro Alves Coelho é intenção da Mesa Administrativa dar continuidade ao processo que corre nas instâncias judiciais, tendo em vista a reposição da verdade dos factos sobre este imóvel.

Nesse sentido, a Misericórdia mantém inscrito nos seus investimentos uma verba de cem mil euros para uma intervenção urgente no emblemático edifício, contando para isso com a devolução das rendas que continuam a ser recebidas pela autarquia, apesar desta ter sido notificada pela Misericórdia para a devolução das mesmas.

De recordar que o clausulado aprovado e inscrito na Escritura de Constituição do direito de superfície a favor da Câmara Municipal estabelece, claramente, que não pode ser desvirtuada a essência cultural daquele espaço, devendo manter todas as suas valências, designadamente cinema. Algo que atualmente está fora de congeminação do Município, face às recentes tomadas de posição públicas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto.

Neste tema, o Provedor, Prof. José Dias Coimbra, reiterou que a "Instituição nunca desejou esta situação, mas a defesa da história daquele edifício impunha que não permitíssemos que o projeto

inerente ao acordo celebrado em 2008 com a Câmara fosse desvirtuado, acabando-se com a valência de cinema naquele espaço e ultrapassando o prazo para a execução da obra, ao mesmo tempo que a autarquia continua a receber as rendas provenientes da utilização do espaço em causa por parte do café e do restaurante.”

ORÇAMENTO

No início do presente Plano de Atividades e Orçamento foi feita a alusão a alguma incerteza e instabilidade, nomeadamente no que à definição das políticas públicas para este setor poderá suceder, a par das dificuldades de projeção do contexto económico.

Deste modo, a Misericórdia procurou, como aliás é sua prática, desenhar um cenário o mais próximo da realidade, embora seja do conhecimento de todos que não é fácil atingir esse desiderato. Por este motivo o orçamento gizado não deixa de ser previsional ao mesmo tempo que deve ser devidamente tido em consideração a imperiosa flexibilidade da Instituição aos fatores externos na definição da sua ação, quer sejam eles económicos, quer sejam sociais.

- **Rendimentos**

No campo dos rendimentos, de um modo geral, tomou-se como referência o histórico acumulado a Setembro de 2015, projetado para 12 meses.

No entanto, tendo como ponto de partida a manutenção dos níveis de frequência pela generalidade das suas respostas sociais, procedeu-se a uma projeção da atualização dos valores das mensalidades tendo por referência a taxa de inflação avançada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que neste caso é de 1,3%.

Sobre esta matéria dizer ainda, que a indefinição dos aumentos para os valores das pensões de reforma conduziu à determinação do valor da taxa de inflação como referência, contudo, após o apuramento dos valores das pensões e das suas atualizações, poderá haver lugar a reajustes nas mensalidades, por força dos contratos individuais e dos indexantes do cálculos dos valores a pagar neles inscritos, designadamente nos utentes inscritos em acordo com o CDSS-Coimbra.

Apenas a resposta de CATL, no âmbito do Complexo Social, não viu projetada qualquer atualização, baseando-se apenas no saldo de Setembro com a devida proporcionalidade a um ano completo, em face da alteração das tabelas de cálculo emanadas pela Direção Geral da Segurança Social.

No que aos subsídios do Estado dizem respeito, em especial nas matérias referentes aos Acordos de Cooperação, perspetivou-se uma atualização de 1%, tendo por base o número de utentes abrangidos em cada um dos equipamentos, não só para as respostas desenvolvidas no âmbito do Complexo Social (ERPI, CD, CATL, AD), mas também para aquelas decorrentes da atividade do Complexo de Saúde, neste caso apenas a Unidade de Cuidados Continuados Integrados - Dr. Fernando Vale.

No que se refere ao programa das cantinas sociais manteve-se o número de refeições diárias (75) a multiplicar pelo número de dias do ano, enquanto no âmbito da RLIS foi incluído o montante aprovado para 2016 (81.157,00€).

Desta forma, foi estimado para o ano de 2016 um total de rendimentos de dois milhões, setecentos e



dois mil euros, setecentos e noventa e dois euros (2.702.792,00€), o que representa uma redução, face ao orçamento de 2015 de 0,71%, ou seja, menos dezanove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros (19.454,00€).

Esta redução é justificada pela extinção do Programa das Empresas de Inserção que se traduziu numa diminuição entre orçamentos (2014/2015) de menos sessenta e oito mil, quinhentos e treze euros (68.513,00€), a par da redução das receitas dos serviços de fisioterapia de menos sete mil, cento e cinquenta e seis euros (7.156,00€).

Para compensar essa redução assistiu-se a um previsível crescimento do projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) com mais trinta e três mil euros, cento e cinquenta e sete euros (33.157,00€) face ao ano de 2015.

- **Rendimentos / Descrição**

- Na conta correspondente às vendas projetou-se um valor tendo por base a média dos 9 meses, mas replicado aos doze meses com 1,3% de inflação;
- Nas mensalidades e nas participações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se, com base na média obtida do saldo a setembro, um montante atualizado a 1,3% e, um aumento, não muito significativo, da frequência de algumas respostas sociais (ERPI – 130);
- Considerou-se uma atualização de 1% em todos os acordos com a Segurança Social, com exceção do protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais que foi tido em conta as diretrizes atuais, 75 refeições a 2.5€ cada;
- Na área da saúde, o valor da fisioterapia foi projetado através da média mensal acumulada até Setembro e perspetivou-se uma taxa de ocupação acima dos 85% no Hospital Dr. Fernando Valle;
- Projetou-se um recebimento de 200 quotas da irmandade;
- O valor das rendas foi calculado através do saldo a setembro de 2015, com a aplicação de um índice de 1,0016.
- No campo da participação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 22 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€;
- Nas rubricas menos relevantes considerou-se o histórico a setembro.

- **Gastos**

Relativamente ao que aos gastos diz respeito a Misericórdia procurou uma projeção cautelosa, à semelhança do que fez do lado dos proveitos / rendimentos.

Não obstante tal postura, a aplicação do possível Acordo de Empresa Social (ACT) para 2016 não deixou de ser uma preocupação, designadamente com as implicações inerentes a um necessário reajuste na tabela remuneratória dos seus colaboradores.

A este propósito destacar também, o eventual impacto que a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) terá na vida da Instituição, assim como a imperiosa necessidade de reajuste no mapa de horários

do pessoal com a eventual redução do número de turnos a realizar e a consequente fixação desse mesmo pessoal em horários específicos.

Outro dado a reter passará pelo eventual retorno de alguns feriadados obrigatórios que, como é sabido, terão impacto económico na vida da Instituição, uma vez que algumas das suas respostas sociais como são caso de ERPI, SAD, CD e UCCI, funcionam todos os dias da semana.

Assim, a Misericórdia na projeção que realizou, procurou elencar números já com alguns cenários alternativos ao eventual incremento de custos como é o caso da rúbrica do pessoal, perspetivando a redução de outras despesas para compensar esse aumento espetável.

Pelo exposto poderemos então verificar que a Instituição projetou para 2016 um total de gastos de dois milhões setecentos e dois mil, trezentos e trinta e oito euros (2.702.338,00€), ou seja menos 0,64% face a igual orçamento para 2015 (2.719.872,00€).

Esta redução projetada foi feita tendo por base um esforço a realizar na conta 62, neste caso reportada ao fornecimento de serviços externos, através de uma contenção da mesma, em menos 1,45% (9.411,00€) face ao orçamento de 2015.

Outro dado fundamental para esta redução de custos teve que ver com a projeção do valor das amortizações que se espera, em 2016, atingir um valor mais baixo, fruto da redução gradual que a Misericórdia tem vindo a realizar no campo dos investimentos, neste caso estimou-se um valor de noventa e um mil, trezentos e noventa e nove euros e noventa (91.399,00€), ou seja, menos 25,52% (31.311,00€).

Na rúbrica dos custos com pessoal foi programado um aumento de custos, decorrente quer do ACT quer do SMN, sem esquecer os feriadados e o pagamento integral dos mesmos.

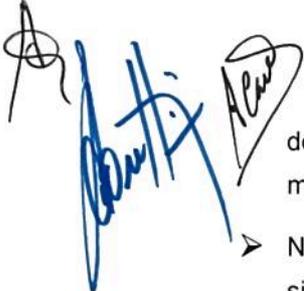
Não obstante o aumento previsto para esta rúbrica, face ao orçamento de 2015, a extinção da medida das Empresas de Inserção, implicou um reajuste da estrutura de pessoal que teve impacto na redução das remunerações certas, o que possibilitou o acomodar de alguma despesa.

Assim, face a 2015, o aumento projetado dos custos com pessoal é estimado em mais 0,59%, ou seja mais oito mil e setecentos euros (8.700,00€).

Contudo, deve ser realçada a incerteza nesta rúbrica de custos, uma vez que só após a aprovação do Orçamento de Estado para 2016, poderemos ter uma leitura mais real do seu impacto na vida da Misericórdia.

• **Gastos / Descrição**

- No custo das mercadorias v./das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 1,3% da taxa de inflação;
- No fornecimento de serviços externos (conta 62) fez-se uma projeção tendo por base o acumulado nos 9 meses, sendo que no trabalho especializado e honorário o valor apresentado é baseado nos contratos / propostas para os mesmos;
- Na rubrica de eletricidade foi aplicada ao histórico uma taxa de aumento de 2.5% conforme divulgação da imprensa nacional, enquanto os combustíveis e a água teve em conta o saldo acumulado e a taxa de inflação;
- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a setembro, com a respetiva atualização de acordo com a proposta de ACT da UMP e as consequentes atualizações em várias categorias e índices salariais. Foi tida em conta uma taxa de absentismo



de 9%, ao mesmo tempo que foi contemplado o aumento da taxa para a segurança social em mais 0,4%, a par do pagamento integral dos feriados.

- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a depreciação em 2016, conforme simulação do programa de imobilizado.

Ponderados os resultados previsto para o campo dos rendimentos e o total de gastos estimados, prevê-se um resultado positivo quatrocentos e cinquenta e quatro euros (454,00€).

• **Investimentos**

Tendo em conta o cenário que se perspectiva para 2016, a Misericórdia, no campo dos investimentos, irá manter uma postura cautelosa, sem que tal signifique a ausência de realização de obras.

Nesse sentido, irá procurar a manutenção de uma política de remodelação de alguns espaços, destinados ao desenvolvimento das suas respostas sociais e que passará pela reparação de alguns telhados e coberturas, casas de banho e quartos, prevendo gastar um valor estimado de quarenta mil euros (40.000,00€).

Uma vez que ainda não foi possível em 2015 a intervenção no Cine-Teatro Alves Coelho, em face da não devolução pela Autarquia, deverá ser mantida esta rubrica do investimento, pois estamos perante um imóvel que deverá ser alvo da atenção da Misericórdia, especialmente porque ele carece de uma intervenção de urgência para evitar uma maior degradação. Para tanto prevê, entre obras de restauro, limpeza, pinturas e cobertura cem mil euros (100.000,00€).

Foi também assegurado o montante de dez mil euros para equipamento diverso (10.000,00€), mais dez mil euros (10.000,00€) para eventuais despesas indispensáveis ao desenvolvimento de projetos destinados à apresentação de candidaturas aos Fundos Comunitários, onde poderá ser incluída a própria recuperação do Cine-Teatro como de igual modo outros imóveis como o antigo hospital Condessa das Canas.

Quanto à proveniência dos montantes em causa estes serão assegurados por capitais próprios e reservas existentes, assim como o recebimento das rendas devidas pela Câmara Municipal de Arganil e resultantes da resolução da escritura de constituição de direito de superfície celebrada em 2008 entre a Misericórdia e o Município e que ultrapassam já os cinquenta e cinco mil euros (55.000,00€).

Apresentado o plano de Atividades / Ação e respetivo orçamento para 2016, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António carvalhais da Costa, solicitou a leitura do parecer do Conselho Fiscal / Definitório, por parte da respetiva Presidente, a Sr.^a Maria Lisete Alves da Costa Jorge, e que passa a transcrever.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas no artg. 14º do Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/2014, reuniu, no dia 11 de Novembro de 2015, pelas 16 horas, na sala de reuniões da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como ponto único da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades / Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2016.

Após a análise do documento em causa e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos os objetivos inscritos no mesmo:

1. Procurar aprofundar as parcerias a estabelecer com o Setor Estado, assegurando a sustentabilidade da Misericórdia;
2. Manter os esforços de requalificação dos espaços afetos ao Complexo Social e Promover a Mata das Misericórdias, bem como de outros espaços naturais que envolvem a Instituição;

- 
3. Assegurar linhas de formação para os seus colaboradores sem esquecer a continuação da inventariação do património imóvel;
 4. Assegurar uma agenda cultural e artística e dar continuidade à colaboração com outras instituições locais, regionais e nacionais;
 5. Manter como preocupação a construção da nova Unidade de Cuidados Continuados, prevista para o antigo Hospital Condessa das Canas e Insistir na recuperação do Cineteatro Alves Coelho, que implica a devolução do mesmo à Santa Casa tendo em conta as anteriores deliberações tomadas sobre esta matéria;

Apresentados os objetivos e o plano que os sustenta, o Conselho Fiscal / Definitório entendeu atribuir concordância aos mesmos, procedendo então, à análise dos recursos económicos programados para o próximo ano.

Assim, no campo dos rendimentos foi estimado um total de dois milhões, setecentos e dois mil euros, setecentos e noventa e dois euros (2.702.792,00€), o que representa uma redução, face ao orçamento de 2015 de 0,71%, ou seja, menos dezanove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros (19.454,00€). Esta redução é justificada pela extinção do Programa das Empresas de Inserção que se traduziu numa diminuição entre orçamentos (2014/2015) de menos sessenta e oito mil, quinhentos e treze euros (68.513,00€), a par da redução das receitas dos serviços de fisioterapia em menos sete mil, cento e cinquenta e seis euros (7.156,00€), tendo por base o histórico a Setembro de 2015.

Para compensar essa redução assistiu-se a um previsível crescimento do projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) com mais trinta e três mil euros, cento e cinquenta e sete euros (33.157,00€) face ao ano de 2015.

Quanto aos gastos a Misericórdia apresentou uma projeção cautelosa, à semelhança do que fez do lado dos proveitos / rendimentos.

Poderemos então verificar que foram estimados dois milhões setecentos e dois mil, trezentos e trinta e oito euros (2.702.338,00€) para gastos, que representa menos 0,64% face a igual orçamento para 2015 (2.719.872,00€).

A redução estimada levou em consideração o esforço a realizar na conta 62, neste caso reportada ao fornecimento de serviços externos, através de uma contenção da mesma, em menos 1,45% (9.411,00€) face ao orçamento de 2015.

A redução de custos apresenta-se consolidada na projeção do valor das amortizações que se espera atingir um valor mais baixo, fruto da redução gradual que a Misericórdia tem vindo a realizar no campo dos investimentos, neste caso estimou-se um valor de noventa e um mil, trezentos e noventa e nove euros (91.399,00€), ou seja, menos 25,52% (31.311,00€).

Na rubrica dos custos com pessoal foi programado um aumento de custos, decorrente da aplicação do Acordo de Empresa Social (ACT) para 2016, o que implicará um necessário reajuste na tabela remuneratória dos seus colaboradores. Também o impacto com a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) foi tido em conta.

Outro dado a reter passará pelo eventual retorno de alguns feriados obrigatórios que, como é sabido, terão impacto económico na vida da Instituição, uma vez que algumas das suas respostas sociais funcionam todos os dias da semana.

Não obstante o aumento previsto para esta rubrica, face ao orçamento de 2015, a extinção da medida das Empresas de Inserção, implicou um reajuste da estrutura de pessoal que teve impacto na redução das remunerações certas, o que possibilitou acomodar alguma despesa.

Assim, face a 2015, o aumento projetado dos custos com pessoal é estimado em mais 0,59%, ou seja mais oito mil e setecentos euros (8.700,00€).

Deve no entanto, ser realçada a incerteza nesta rúbrica de custos, uma vez que só após a aprovação do Orçamento de Estado para 2016, poderemos ter uma leitura mais real do seu impacto na vida da Misericórdia.

Ponderados os resultados previsto para o campo dos rendimentos e o total de gastos estimados, prevê-se um resultado positivo de quatrocentos e cinquenta e quatro euros (454,00€).

Quanto aos investimentos da Instituição os esforços vão no sentido de dar continuidade à realização de melhorias no Complexo Social, sendo previsto um valor de quarenta mil euros (40.000,00€).

Verifica-se ainda, a manutenção do Cineteatro Alves Coelho na rubrica dos investimentos onde se prevê, entre obras de restauro, limpeza, pinturas e cobertura, cem mil euros (100.000,00€), evitando-se, desta forma, o avançar da degradação do referido imóvel.

Constata-se de igual modo uma verba de dez mil euros (10.000,00€) para equipamento diverso e mais dez mil euros (10.000,00€) para eventuais despesas decorrentes do desenvolvimento de candidaturas aos Fundos Comunitários, destinados à própria recuperação do Cineteatro, como de igual modo outros imóveis nomeadamente o antigo hospital Condessa das Canas.

O Conselho Fiscal conclui pois, que a projeção feita mostra-se realista e em sintonia com as metas traçadas pelo que, deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de Ação e **Orçamento para 2016, sugerindo a aprovação em Assembleia Geral, enaltecendo o esforço da Mesa Administrativa na boa elaboração técnica dos documentos, solicitando a aprovação de um voto de louvor.**

Arganil, 11 de Novembro de 2015

O Conselho Fiscal

Lido que foi o Parecer do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, abriu o período de discussão, não se tendo contudo, verificado qualquer inscrição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral aproveitou a ocasião para referir que "por vezes existem comentários maledicentes sobre a vida da Misericórdia, sendo muito reprovável quando esses comentários sejam provenientes de irmãos que não se dão ao trabalho de virem às Assembleias ouvir os esclarecimentos e suscitar as questões que porventura mereçam resposta, pois este é o espaço próprio."

Perante o sentido demonstrado pela Assembleia Geral de que o documento em causa foi apresentado de forma clara e esclarecedora, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou o mesmo a votação e em minuta, tendo em vista a entrada em vigor logo em janeiro de 2016, tendo sido aprovado, por unanimidade e aclamação, em minuta o Plano de Atividades / Ação e o Orçamento para 2016.

Também o parecer do Conselho Fiscal foi colocado a votação, contendo um voto de louvor pelo esforço da Mesa Administrativa, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação.

- 3. Proposta de retificação do pedido de autorização aprovado na Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, para venda de prédio rústico, inscrito na matriz predial sob o artigo 8272, omissa na Conservatória do Registo Predial, sito na Lomba do Salão – Sobreiral, pelo valor de trinta mil euros (30.000,00€), e autorização da realização de escritura justificativa indispensável ao ato de venda referente a mesmo artigo que veio à posse desta Misericórdia em tempos imemoriais;**

Em relação ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a

palavra ao Provedor para explicar o ponto em discussão.

No uso da palavra o Provedor, Prof. José Dias Coimbra, clarificou que a venda do prédio rústico, inscrito na matriz predial sob o artigo 8272, sito na Lomba do Salão – Sobreiral, tinha já sido autorizada pela Assembleia Geral de Março de 2006. Contudo essa autorização, no ato da redação da ata, careceu de uma identificação mais adequada.

“Por seu turno, só em 2015 surgiu uma proposta concreta de compra e após ter sido estabelecido contrato com agência imobiliária. Simultaneamente deu-se a revisão do PDM de Arganil e respetiva aprovação, levando a que o terreno em causa deixa-se de integrar o aglomerado urbano passando a ser considerado como espaço de reserva agrícola, situação que veio desvalorizar o terreno.”

Nesse sentido, pretende-se autorização para a efetivação de venda pelo valor de trinta mil euros (30.000,00€), na sequência de contrato promessa já celebrado e condicionado à aprovação da Assembleia Geral, devendo ser realizada a escritura justificativa no ato da venda.

Foi ainda acrescentado que o valor patrimonial do artigo em causa é de (1.020,00€) mil e vinte euros, tendo a avaliação efetuada pela agência imobiliária sido de cerca de vinte e cinco mil euros (25.000,00€) numa lógica de valorização do terreno, enquanto que a avaliação em posse da Misericórdia é de dezoito mil quatrocentos e quinze euros (18.415,00€).

O Provedor solicitou ao Diretor Geral e irmão da Misericórdia, Dr. Nuno Gomes, que procedesse à leitura do documento de suporte à discussão do presente ponto da ordem de trabalhos e que foi previamente distribuído aos irmãos e esteve disponível para consulta desde a data da publicitação da convocatória. Documento que se passa a transcrever.

Assunto:

Alienação do Artigo Rústico nº 8272, sito a Lomba do Salão, Arganil

A 31 de Março de 2006, foi autorizada a venda de um terreno sito ao Sobreiral pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

Não tendo surgido interessados para a compra do mesmo até ao início de 2015, foi decidido pela Mesa celebrar um contrato a 19 de Março com uma Imobiliária (Temas Singulares, Imobiliária/Decisões e Soluções, Ldª) para uma melhor promoção e divulgação do referido prédio.

Ao ser analisada a documentação referente ao dito terreno deparámo-nos com três situações:

- 1 – O prédio Rústico artigo 8272, sito na Lomba do salão, Sobreiral, Arganil, não se encontrava registado na Conservatória do Registo Predial.
- 2 – A ata da autorização de venda de 31 de março de 2006, não identificava corretamente o prédio, nem a localização estava correta e era omissa quanto ao nº de artigo.
- 3 – Com o novo PDM o prédio em causa deixou de estar na zona Urbanizável passando a integrar o Espaço Agrícola (Área Agrícola de Produção), o que não acontecia com o PDM que vigorava até à data de 2006.

Apesar disso, foi solicitado ao Município de Arganil a desanexação do mesmo espaço uma vez que confrontava diretamente com a via Pública e com o espaço Urbano, não tendo sido aprovada essa alteração.

Na sequência do novo PDM verificou-se uma desvalorização acentuada, passando de um valor aproximado, após avaliação pela agência imobiliária, de cerca de 40 000€/45 000€, para um valor de mercado de cerca de 25 000€.

Pela Imobiliária foi, inicialmente, apresentada uma proposta de 25 000€, entretanto recusada. Mais tarde a proposta foi melhorada para o valor de 30 000€. No seguimento dessa proposta a Mesa Administrativa aprovou a venda do referido prédio em reunião do dia 22 de Outubro de 2015, à entidade (HABITALVA – Construções Civas, Lda. com o NIPC 505544121, condicionada à autorização da Assembleia Geral.

Assim, solicita-se a retificação do pedido de autorização aprovado na Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, para venda do prédio rústico, inscrito na matriz predial de Arganil sob o artigo 8272, omissa na conservatória do registo predial, sito na Lomba do Salão-Sobreiral, pelo valor de 30 000€, e autorização da realização de escritura justificativa indispensável ao ato de venda referente a mesmo artigo que veio à posse desta Misericórdia em tempos imemoriais.

O Provedor

(Prof. José Dias Coimbra)

Lida a justificação inerente à discussão do terceiro ponto da ordem de trabalhos e obtidos os esclarecimentos necessários, designadamente a apresentação das plantas de localização do terreno, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade e em minuta, a retificação do pedido de autorização, aprovado na Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, concedendo a devida autorização para a venda do prédio rústico, inscrito na matriz predial de Arganil sob o artigo 8272, omissa na conservatória do registo predial, sito na Lomba do Salão-Sobreiral, pelo valor de 30 000€, e autorização da realização de escritura justificativa indispensável ao ato de venda referente a mesmo artigo que veio à posse desta Misericórdia em tempos imemoriais.

Mais deliberou, por unanimidade e em minuta, autorizar a venda à empresa HABITALVA, com o NIPC 505544121, validando o Contrato Promessa já celebrado, concedendo os poderes necessários ao ato de venda e demais diligências à efetivação da operação, ao Provedor da Misericórdia, prof. José Dias Coimbra e ao Tesoureiro Fernando Manuel Lopes Dias. Na ausência de qualquer um destes ou impedimento, ficou também, desde logo, designado o Sr. Vice-Provedor, Silas das Neves Correia, para substituir um deles.

4. Conhecimento e ratificação da aceitação da doação de cessões de quinhões hereditários da herança de Maria Natália Baptista com o n.º de contribuinte 108989348, conforme o previsto no artigo 25º do Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro na redação republicada em 14 de Novembro de 2014;

Em relação ao quarto ponto da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Provedor da Misericórdia, prof. José Dias Coimbra, o qual aproveitou a ocasião para salientar que “ao longo dos anos o património da Santa Casa tem vindo a ser enriquecido, quer pela receção de doações, quer pela aquisição de novos artigos. Por outro lado, existem vários imóveis com autorização de venda concedida pela Assembleia Geral mas que, até ao momento, não foram alienados, desde logo porque tal deve ser feito nas melhores condições para a Instituição. Ou então, quando dessa venda resultar uma mais-valia, tal como aconteceu com o terreno inscrito no ponto anterior.”

Referiu também, que no caso em apreço “a doação em causa encontra-se limitada por apenas um

herdeiro que apenas tem 1/14 do artigo do apartamento que será à frente identificado, sendo essencial intentar uma ação judicial destinada à venda, ou eventual compra dos quinhões em causa.”

Face ao exposto, o Provedor, prof. José Dias Coimbra, solicitou ao Dr. Nuno Gomes, Diretor Geral da Misericórdia, para que procedesse à leitura da fundamentação do ponto em análise, fundamentação esta previamente distribuída aos irmãos e disponibilizada para consulta desde a data de publicitação da convocatória e que se passa a transcrever.

Assunto:

MARIA NATALIA BATISTA - Herança NIF – 709465718 I Cessões de Quinhões hereditários

A Mesa Administrativa, em reuniões realizadas em 2014, designadamente a 12 de Novembro de 2014 e 19 de março de 2015, deliberou, por unanimidade, aceitar as Cessões de quinhões hereditários, referente à herança com o NIF_709465718 de Maria Natália Batista com a identificação fiscal nº108989348. Para tal, concedeu todos os poderes necessários e por isso autorizar o Prof. José Dias Coimbra, Provedor, e o Sr. Silas das Neves Correia, Vice-Provedor, a assinar e a obrigar a Santa Casa da Misericórdia de Arganil no âmbito das referidas escrituras.

Tal aceitação, foi feita observados os preceitos constantes do Artigo 25º, decreto de lei 119/83 na versão republicada a 14 de Novembro de 2014, assim como do nº1 do Artigo 46º dos compromissos da Irmandade da Misericórdia de Arganil de 30 de Março de 2007 e conforme agora consta no novo Compromisso no ponto 4 do artigo 35º.

Os Quinhões da herança NIF-709465718, constam de:

-13/14 de um apartamento 4ºesq, sito na Rua da Medicina Veterinária, nº 7, Lisboa com um valor patrimonial de 94 230.33€, Artigo urbano nº 1918 da Freguesia de Arroios;

-1/4 de um Rés-do-Chão esq. destinado a comércio, sito na Rua do Comércio, Alferrarede, Abrantes com um valor patrimonial de 11 940.00€, Artigo urbano nº 3665 da Freguesia de União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede.

A aceitação dos quinhões de herança tem como propósito a valorização do património e o reforço do ativo da Misericórdia de Arganil em cerca de mais 90 484.60€.

Assim, leva-se ao conhecimento e ratificação da Assembleia Geral a aceitação dos quinhões hereditários da herança em questão que representa uma valorização do património da Instituição, solicita-se a autorização das diligências necessárias à concretização dos atos indispensáveis, à efetivação completa da receção dos mesmos quinhões

O Provedor
(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentada e lida a fundamentação do quarto ponto da ordem de trabalhos a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade e em minuta, tomar conhecimento e ratificar a aceitação dos quinhões hereditários da herança de MARIA NATALIA BATISTA - Herança NIF – 709465718 I Cessões de Quinhões hereditários.

Mais deliberou, por unanimidade e em minuta, autorizar e conceder os poderes necessários ao Sr. Provedor, Prof. José Dias Coimbra e ao Sr. Vice-Provedor, Silas das Neves Correia, para o

desenvolvimento das diligências consideradas necessárias à efetivação e concretização da receção da doação, nomeadamente o recurso aos meios judiciais para resolver qualquer situação relacionada com a herança em causa.

5. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral;

No quinto e último ponto da ordem de trabalhos pediu a palavra o Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, para dizer que “no próximo dia 18 de Dezembro iremos realizar a nossa festa de Natal na Santa Casa, com descrição, sem grandes sumptuosidades, mas com amor e carinho, quer para com os nossos utentes e quer para os nossos colaboradores.

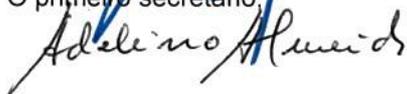
Gostava ainda, de desejar um Santo Natal, junto das vossas famílias, com saúde e na expectativa da Senhora das Misericórdias nos dar força para continuar esta tarefa, muitas vezes contra tantos no exterior mas que devemos perdoar, pois só assim somos superiores.”

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e duas horas e quinze minutos, tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2,3 e 4 foram aprovados em minuta, entrando de imediato em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia geral,



O primeiro secretário;



O segundo secretário;

